

ADULTIZAÇÃO EM MENINOS: QUAL É O PAPEL DA PSICOLOGIA?

ADULTIFICATION IN BOYS: WHAT IS THE ROLE OF PSYCHOLOGY?

Ciências Humanas, Ciências da Saúde • 29/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/793154094](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/793154094)

Ítalo Bruno Lima Nonato¹

Marielza Brito de Souza

Mirella Tavares de Araújo

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o fenômeno da adultização infantil na infância masculina, considerando seus impactos no desenvolvimento psicológico e as contribuições da Psicologia para sua prevenção e enfrentamento. A adultização caracteriza-se pela antecipação de responsabilidades, comportamentos, padrões estéticos e experiências próprias do universo adulto, que podem ultrapassar as necessidades e possibilidades da criança em sua etapa de desenvolvimento. Embora essa discussão seja frequentemente associada às meninas, torna-se necessário ampliar o olhar para os meninos, considerando as expectativas sociais relacionadas à força, à independência, à virilidade e ao controle emocional. Essas exigências podem contribuir para a repressão de sentimentos, a sobrecarga de responsabilidades e as dificuldades na construção da autoestima e dos vínculos sociais. Além disso, o contexto familiar, as relações sociais, as redes digitais, a mídia e a cultura de consumo podem favorecer a antecipação de experiências e comportamentos adultos. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. Busca-se compreender a adultização para além das manifestações comportamentais, considerando seus aspectos emocionais, familiares, sociais e culturais. Destaca-se, ainda, o papel da Psicologia na identificação de situações de sobrecarga, na promoção do desenvolvimento emocional saudável, na orientação de famílias e cuidadores e na articulação com escolas e políticas públicas, contribuindo para a proteção integral e para a garantia do direito dos meninos de vivenciarem plenamente a infância.

Palavras-chave: Adultização infantil; Infância masculina; Desenvolvimento psicológico; Masculinidade e Saúde mental.

ABSTRACT

This article aims to analyze the phenomenon of childhood adultification in boys, considering its impacts on psychological development and the contributions of Psychology to its prevention and management. Adultification is characterized by the premature imposition of responsibilities, behaviors, aesthetic standards, and experiences associated with the adult world, which may exceed a child's needs and developmental capacities. Although this discussion is often associated with girls, it is necessary to broaden the focus to include boys, taking into account social expectations related to strength, independence, virility, and emotional control. These demands may contribute to the suppression of feelings, an excessive burden of responsibilities, and difficulties in developing self-esteem and social bonds. Furthermore, family contexts, social relationships, digital networks, the media, and consumer culture may encourage the premature adoption of adult experiences and behaviors. This study adopts a qualitative approach, with an exploratory and descriptive design, conducted through a literature review. It seeks to understand adultification beyond its behavioral manifestations, taking into consideration its emotional, familial, social, and cultural dimensions. The role of Psychology is also highlighted in identifying situations of excessive burden, promoting healthy emotional development, guiding families and caregivers, and collaborating with schools and public policies, thereby contributing to comprehensive child protection and ensuring boys' right to fully experience childhood.

Keywords: Childhood adultification; Boys' childhood; Psychological development; Masculinity and mental health.

1. INTRODUÇÃO

A infância é uma etapa fundamental do desenvolvimento humano, marcada pela construção da identidade, pelo desenvolvimento emocional e social e pela formação de vínculos afetivos. Nesse período, a criança necessita de cuidado, proteção, brincadeiras e experiências compatíveis com sua idade, que contribuam para o desenvolvimento gradual de sua autonomia. Entretanto, as transformações sociais e culturais contemporâneas têm ampliado as discussões sobre a adultização infantil, fenômeno caracterizado pela antecipação de responsabilidades, comportamentos, padrões estéticos e experiências próprias da vida adulta, que podem comprometer a vivência saudável da infância (Pierote; Portela; Ribeiro, 2025).

A adultização infantil pode manifestar-se em diferentes contextos, incluindo as relações familiares, os ambientes educacionais e os espaços digitais. Entre suas possíveis expressões, encontram-se a atribuição excessiva de responsabilidades domésticas e emocionais, a cobrança por maturidade incompatível com a idade, a exposição precoce a conteúdos sexualizados e a reprodução de padrões comportamentais associados ao universo adulto. No contexto familiar, Mello et al. (2020) discutem a parentalização como um processo de inversão de papéis geracionais, no qual a criança pode assumir responsabilidades de cuidado que ultrapassam aquelas esperadas para sua posição na família. Embora a participação em tarefas e o desenvolvimento da autonomia sejam importantes para o crescimento infantil, é necessário diferenciar essas experiências da imposição de exigências que ultrapassam as capacidades e as necessidades da criança.

Quando essa discussão é direcionada à infância masculina, torna-se importante considerar as expectativas sociais relacionadas à

construção das masculinidades. Desde cedo, muitos meninos são incentivados a demonstrar força, coragem, independência e autocontrole, enquanto manifestações de tristeza, medo e insegurança podem ser interpretadas como sinais de fraqueza. Essas expectativas podem contribuir para uma forma de adultização emocional, na qual o menino aprende a esconder suas necessidades afetivas e a assumir uma postura de autossuficiência antes de possuir recursos emocionais suficientes para lidar com determinadas situações. Nesse sentido, compreender a adultização masculina exige considerar não apenas as responsabilidades atribuídas às crianças, mas também os padrões sociais que influenciam a maneira como elas aprendem a se comportar e expressar seus sentimentos (Lopes; Lopes; Oliveira, 2024).

As repercussões desse fenômeno podem alcançar diferentes dimensões do desenvolvimento psicológico, incluindo a autoestima, a expressão emocional e a construção dos vínculos sociais. Quando o reconhecimento dos meninos está condicionado à capacidade de serem fortes, responsáveis e independentes, pode ocorrer uma associação entre valor pessoal e atendimento às expectativas externas. Além disso, a necessidade constante de demonstrar maturidade pode dificultar a procura por ajuda e reduzir as oportunidades de brincar, receber cuidado e compartilhar sentimentos. Essas questões também precisam ser compreendidas à luz das relações familiares, uma vez que a atribuição de responsabilidades instrumentais e emocionais que deveriam pertencer aos adultos pode caracterizar situações de parentalização, nas quais ocorre uma inversão de papéis no contexto familiar (Mello et al., 2020).

Para além da família, a sociedade contemporânea também exerce influência sobre as experiências infantis. As redes sociais, a publicidade, a mídia e a cultura de consumo ampliam o contato das crianças com padrões de aparência, comportamento e relacionamentos associados ao universo adulto. Nesse sentido, Oliveira, Silva e Paschoal (2020) discutem como a sociedade de consumo pode contribuir para a adultização infantil ao aproximar as crianças de padrões estéticos e referências relacionados ao universo adulto. A exposição constante a essas referências pode favorecer a reprodução precoce de comportamentos e expectativas que não correspondem às necessidades próprias da infância. No caso dos meninos, esses conteúdos também podem reforçar modelos de masculinidade fundamentados na virilidade, na competição, no poder e no controle emocional. Conforme Fagundes (2023), os modelos tradicionais de masculinidade estão associados a padrões de dominação, agressividade, virilidade e controle, que podem repercutir negativamente nas relações sociais. Dessa forma, a reprodução dessas referências pode limitar as possibilidades de expressão emocional e de desenvolvimento dos meninos.

Diante desse cenário, a proteção da infância constitui uma responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e Estado, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). A criança deve ser reconhecida como sujeito de direitos, tendo asseguradas condições para seu desenvolvimento físico, psicológico, moral e social. Dessa forma, o enfrentamento da adultização não significa impedir o desenvolvimento da autonomia ou a participação infantil nas atividades cotidianas, mas garantir que essas experiências sejam adequadas à idade e não substituam o cuidado, a proteção e as responsabilidades que cabem aos adultos.

Nesse contexto, a Psicologia apresenta contribuições relevantes para a compreensão, a prevenção e o enfrentamento da adultização infantil. Sua atuação permite investigar as relações entre o comportamento da criança e os contextos em que ela está inserida, identificando possíveis situações de sobrecarga emocional e responsabilidades incompatíveis com seu desenvolvimento. Além disso, o trabalho psicológico pode envolver orientação familiar, promoção da saúde emocional, ações educativas e articulação com escolas e serviços da rede de proteção, considerando as necessidades da criança e as condições sociais e relacionais que influenciam suas experiências.

A relevância deste estudo está na necessidade de ampliar a discussão sobre a adultização infantil, considerando as particularidades da infância masculina e as possíveis repercussões das expectativas sociais de masculinidade sobre o desenvolvimento psicológico dos meninos. Ao abordar essa temática, busca-se contribuir para uma compreensão que ultrapasse a aparência de maturidade e independência, reconhecendo que os meninos também necessitam de acolhimento, proteção, liberdade para brincar e espaço para expressar suas emoções.

Diante dessa realidade, o presente artigo tem como objetivo geral analisar, por meio de revisão bibliográfica, os fundamentos teóricos que explicam o fenômeno da adultização e seus efeitos no desenvolvimento psicológico de meninos. Para alcançar esse propósito, foram estabelecidos três objetivos específicos: identificar, na literatura científica, as principais conceituações acerca da adultização infantil; analisar os impactos emocionais e comportamentais associados à adultização na infância masculina; e

discutir as contribuições da Psicologia para a prevenção e o enfrentamento desse fenômeno.

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. Para a construção do estudo, são considerados livros, artigos científicos, legislações e materiais institucionais relacionados à adultização infantil, ao desenvolvimento psicológico, às masculinidades e à atuação da Psicologia na proteção da infância. A partir desse percurso, pretende-se reunir fundamentos teóricos que possibilitem compreender o fenômeno em suas diferentes dimensões e refletir sobre estratégias de prevenção e enfrentamento que respeitem as necessidades e os direitos das crianças.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Principais Conceituações Acerca da Adultização Infantil - Compreensão do Fenômeno

A adultização infantil tem sido discutida na literatura científica como um fenômeno social e psicológico que envolve a antecipação de comportamentos, responsabilidades e experiências próprias da vida adulta na infância. Trata-se de um processo que interfere diretamente no desenvolvimento emocional, cognitivo e social da criança, podendo gerar impactos significativos na constituição psíquica (Pierote et al., 2025).

A compreensão desse fenômeno também pode ser ampliada a partir da perspectiva histórica da infância. Ariés (1981) demonstra que a própria concepção de infância foi construída e transformada socialmente ao longo do tempo, permitindo compreender que as

formas de perceber, educar e proteger as crianças não são naturais ou imutáveis. A partir dessa perspectiva, torna-se possível compreender a adultização como um fenômeno relacionado às expectativas sociais atribuídas à criança em determinado contexto histórico e cultural. Na contemporaneidade, essa discussão ganha relevância diante da ampliação das exigências de autonomia, desempenho e adequação comportamental direcionadas ao público infantil.

Nesse contexto, a adultização infantil também se relaciona às transformações sociais contemporâneas e às diferentes expectativas direcionadas às crianças. Mudanças nas configurações familiares, o acesso precoce às mídias digitais e a crescente valorização de padrões estéticos e comportamentais adultizados contribuem para a construção de uma infância cada vez mais atravessada por expectativas externas. Dessa maneira, a criança passa a ser percebida não apenas como sujeito em desenvolvimento, mas também como alguém capaz de corresponder a demandas sociais que, muitas vezes, excedem suas capacidades emocionais (Oliveira, 2025).

Estudos contemporâneos sobre desenvolvimento infantil reforçam que as condições ambientais, familiares e relacionais constituem importantes fatores associados ao desenvolvimento e à saúde mental das crianças. De acordo com Martins et al. (2025), o desenvolvimento na primeira infância é influenciado por diferentes fatores de risco e proteção presentes nos contextos em que a criança está inserida, evidenciando a importância das condições familiares, sociais e ambientais nesse processo. Nesse sentido, a adultização pode ser compreendida não apenas como uma mudança no comportamento individual da criança, mas como

resultado de relações e condições sociais que influenciam aquilo que dela é esperado. Essa compreensão é especialmente importante quando se considera que determinadas expectativas de maturidade podem ser naturalizadas pelos adultos e deixar de ser percebidas como formas de sobrecarga.

Segundo Cantanhede (2021), a adultização infantil caracteriza-se pela atribuição precoce de papéis e exigências incompatíveis com a fase do desenvolvimento em que a criança se encontra. A autora destaca que esse fenômeno pode manifestar-se por meio da sexualização precoce, da responsabilização excessiva no contexto familiar, da imposição de padrões estéticos adultizados e da cobrança por maturidade emocional superior à capacidade esperada para a idade. Nesse sentido, a infância deixa de ser vivenciada como etapa de experimentação lúdica e proteção, passando a ser marcada por exigências que ultrapassam os limites do desenvolvimento saudável.

Nesse ponto, é importante diferenciar a adultização de fenômenos próximos, especialmente da parentalização ou parentificação. A literatura contemporânea caracteriza a parentalização como uma inversão de papéis dentro do sistema familiar, na qual a criança ou adolescente assume responsabilidades instrumentais ou emocionais que deveriam estar sob responsabilidade dos adultos. A adaptação brasileira do Questionário sobre a Parentalização, publicada por Féres-Carneiro, Londero-Santos e Natividade (2021), identifica dimensões relacionadas à parentalização emocional, à parentalização instrumental e à percepção de injustiça. Assim, embora a parentalização possa constituir uma das formas pelas quais a adultização se manifesta, os fenômenos não são necessariamente equivalentes: a adultização apresenta um alcance

mais amplo, podendo envolver também expectativas estéticas, comportamentais, emocionais e sociais relacionadas à vida adulta.

Essa diferenciação é particularmente relevante para a compreensão da infância masculina. Os processos de socialização dos meninos podem ser atravessados por expectativas de independência, força, autocontrole e resistência emocional. Estudos contemporâneos sobre masculinidades na educação infantil demonstram que determinadas concepções de masculinidade podem produzir formas específicas de organização das relações com os meninos, inclusive restringindo experiências afetivas e reproduzindo expectativas associadas à virilidade (Lopes; Lopes; Oliveira, 2024). Dessa maneira, a adultização masculina pode ocorrer não apenas pela atribuição direta de responsabilidades adultas, mas também pela expectativa de que o menino demonstre precocemente comportamentos considerados “fortes”, “maduros” ou emocionalmente controlados.

2.1.1. Dimensões Psicológicas da Adultização Infantil

A adultização interfere não apenas no comportamento visível da criança, mas também na organização interna de sua vida psíquica. Pierote et al. (2025) apontam que a exigência de comportamentos maduros antes do tempo pode levar a criança a suprimir vivências próprias da infância, internalizando responsabilidades que não lhe cabem.

A dimensão psicológica do fenômeno pode ser compreendida, portanto, a partir da relação entre as exigências externas e os recursos internos disponíveis para que a criança consiga lidar com elas. O desenvolvimento emocional ocorre progressivamente e

depende de experiências relacionais que possibilitem à criança reconhecer, expressar e elaborar seus estados emocionais. Estudos recentes sobre autorregulação infantil ressaltam a importância da participação de adultos de referência na construção de estratégias de regulação emocional, indicando que o desenvolvimento dessas habilidades não deve ser confundido com a exigência de que a criança administre sozinha emoções e situações complexas (Darwich; Costa, 2022).

Sob essa ótica, a exigência de maturidade emocional pode produzir uma aparência de adaptação que não necessariamente corresponde à ausência de sofrimento. Uma criança que raramente demonstra tristeza, medo ou necessidade de ajuda pode estar respondendo a expectativas ambientais de autocontrole, e não necessariamente apresentando maior capacidade de elaboração emocional. Essa aparente maturidade pode dificultar a identificação de possíveis sofrimentos emocionais, uma vez que a criança pode ser percebida pelos adultos como “forte” ou “independente” (Oliveira, 2025).

Além disso, Oliveira (2025) destaca que crianças adultizadas tendem a apresentar uma pseudo-maturidade, caracterizada por comportamentos que aparentam autonomia e controle emocional, mas que, na realidade, encobrem fragilidades psíquicas. Essa aparente maturidade pode dificultar a identificação de sofrimento emocional por parte de adultos responsáveis, uma vez que a criança passa a ser vista como “forte” ou “independente”. Com o tempo, esse padrão pode contribuir para o desenvolvimento de quadros de ansiedade, depressão e dificuldades nos relacionamentos interpessoais.

A identificação dessas manifestações exige cautela, pois não se deve estabelecer uma relação causal direta entre adultização e desenvolvimento de determinado transtorno psicológico sem considerar outros fatores individuais, familiares e sociais. A literatura contemporânea sobre desenvolvimento infantil aponta justamente para a interação entre fatores de risco e proteção, reforçando a importância de analisar a criança em seu contexto e não a partir de um comportamento isolado (Martins et al., 2025). Assim, a ansiedade, a tristeza persistente, o isolamento, a irritabilidade ou a dificuldade de solicitar ajuda podem ser compreendidos como sinais que merecem investigação, especialmente quando aparecem associados a responsabilidades e expectativas incompatíveis com a idade.

No caso dos meninos, essa atenção torna-se ainda mais necessária diante das expectativas sociais relacionadas à masculinidade. A valorização da força, da independência e do controle emocional pode fazer com que manifestações de medo, tristeza ou vulnerabilidade sejam interpretadas como fraqueza. Pesquisas contemporâneas sobre masculinidades na educação infantil demonstram que concepções de virilidade continuam atravessando as relações educativas e podem influenciar as experiências das crianças (Lopes; Lopes; Oliveira, 2024). Dessa forma, compreender a adultização masculina também implica investigar aquilo que os meninos são ensinados a esconder ou silenciar emocionalmente.

2.1.2. Adultização Infantil e os Direitos da Criança

O ECA estabelece o princípio da proteção integral e reconhece a criança como sujeito de direitos, assegurando-lhe o

desenvolvimento físico, psicológico, moral e social em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 1990).

A perspectiva da proteção integral desloca a compreensão da infância de uma posição exclusivamente centrada na tutela para o reconhecimento da criança como sujeito de direitos. Nesse sentido, situações em que crianças são submetidas a responsabilidades, expectativas ou formas de comportamento incompatíveis com seu estágio de desenvolvimento precisam ser analisadas também sob uma perspectiva de garantia de direitos. A literatura contemporânea sobre os direitos da criança destaca que a atuação dos profissionais da área infantojuvenil precisa considerar a criança como sujeito de direitos e reconhecer as especificidades de sua condição de desenvolvimento (Viana et al., 2022).

A proteção integral também pressupõe que família, sociedade e Estado compartilhem responsabilidades na garantia das condições necessárias ao desenvolvimento infantil (BRASIL, 1990). Portanto, a prevenção da adultização não deve ser atribuída exclusivamente aos cuidadores, pois envolve igualmente instituições educacionais, serviços de saúde, profissionais da assistência social, sistema de justiça e demais integrantes da rede de proteção.

De acordo com o ECA, é dever da família, da sociedade e do Estado garantir que a criança seja protegida contra qualquer forma de negligência, violência ou opressão (BRASIL, 1990). A adultização, ao impor responsabilidades e expectativas inadequadas à fase do desenvolvimento infantil, pode ser compreendida como uma violação indireta desses direitos, pois compromete a vivência plena da infância e desconsidera as necessidades próprias dessa etapa do desenvolvimento.

Sob essa perspectiva, a compreensão da adultização como questão de proteção deve ser realizada de maneira cuidadosa, evitando a classificação automática de toda forma de autonomia infantil como prejudicial. O desenvolvimento da autonomia é parte importante da infância; o problema ocorre quando a autonomia é confundida com a transferência de responsabilidades que pertencem aos adultos. Essa diferenciação é particularmente relevante nos casos de parentalização, nos quais a literatura identifica justamente a inversão de papéis e hierarquias no contexto familiar (Féres-Carneiro; Londero-Santos; Natividade, 2021; Mello et al., 2020).

A garantia de direitos também envolve assegurar espaços de participação, expressão e escuta da criança. Assim, o enfrentamento da adultização não significa retirar da criança toda possibilidade de responsabilidade ou participação, mas garantir que essas experiências sejam compatíveis com sua idade, suas capacidades e suas necessidades de desenvolvimento. Para os meninos, isso inclui reconhecer seu direito à expressão emocional, ao cuidado, ao brincar e à possibilidade de demonstrar vulnerabilidade sem que essas manifestações sejam automaticamente associadas à falta de masculinidade (Viana et al., 2022).

2.2. Impactos Psicológicos da Adultização

A adultização infantil acontece mais precisamente quando a criança é exposta de forma precoce a responsabilidades, preocupações, padrões de comportamento, e até mesmo a estéticas próprias que só deveriam estar enquadradas na vida adulta. Nesse sentido, a adultização infantil refere-se à exposição de crianças a funções, papéis e expectativas típicas do mundo adulto, o que inclui

responsabilidades, comportamentos e conteúdos inadequados para sua idade e fase de desenvolvimento (Pierote; Portela; Ribeiro, 2025).

A atribuição de responsabilidades precoces pode produzir efeitos que ultrapassam a realização de tarefas ou o cumprimento de determinadas obrigações, alcançando aspectos importantes do desenvolvimento psicológico da criança. Quando o menino é colocado diante de exigências superiores às esperadas para sua idade, pode vivenciar uma necessidade constante de corresponder às expectativas dos adultos, deixando em segundo plano necessidades próprias da infância, como brincar, expressar sentimentos, receber cuidados e contar com o apoio de pessoas responsáveis por sua proteção. Nesse sentido, La Taille (2009, p. 63 apud BARRETO; Lang, 2025) ressalta a importância de preservar experiências próprias da infância, como o brincar, a imaginação e o tempo livre, diante da antecipação de responsabilidades e exigências características do universo adulto. Quando essas experiências são substituídas por agendas sobrecarregadas e responsabilidades incompatíveis com a idade, podem ser comprometidos aspectos importantes do desenvolvimento infantil.

Nesse contexto, a autoestima pode ser afetada pela forma como a criança passa a perceber suas próprias capacidades e seu valor. De acordo com Rosenberg (1965 apud NEDEL; Mattos; Marin, 2020), a autoestima corresponde ao sentimento de valor pessoal e de respeito próprio, sendo construída a partir da avaliação alheia e da interpretação que o indivíduo faz dessas experiências. Quando o reconhecimento familiar está frequentemente associado ao fato de o menino ser responsável, forte, independente ou capaz de “dar conta” das situações, pode ocorrer a construção de uma percepção

de valor pessoal baseada principalmente no desempenho e na capacidade de atender às expectativas externas.

A perspectiva do desenvolvimento psicossocial de Erikson contribui para compreender a importância dessas experiências. Durante a infância, a criança vivencia conflitos relacionados à construção da autonomia, da iniciativa e do sentimento de competência. Segundo Spielman et al. (2022), na teoria psicossocial de Erikson, cada etapa do desenvolvimento envolve uma tarefa ou conflito, cuja resolução pode contribuir para a construção de um senso de competência, enquanto dificuldades nesse processo podem favorecer sentimentos de inadequação. Durante a fase do ensino fundamental, por exemplo, a criança vivencia o conflito entre indústria e inferioridade, passando a comparar suas capacidades com as de seus pares e podendo desenvolver sentimentos de competência ou inadequação. Dessa forma, quando responsabilidades adultas são atribuídas de maneira incompatível com a etapa do desenvolvimento, torna-se importante considerar seus possíveis efeitos sobre a maneira como o menino percebe a si mesmo e suas próprias capacidades.

As relações familiares também possuem papel importante nesse processo, uma vez que as práticas de cuidado e as formas utilizadas pelos adultos para orientar, estabelecer limites e responder às necessidades da criança participam da construção de seu desenvolvimento emocional. A criança necessita de relações nas quais possa encontrar proteção, orientação e segurança para expressar aquilo que sente. Quando, ao contrário, é frequentemente colocada na posição de quem precisa cuidar, resolver problemas ou demonstrar força, pode ter reduzidas as oportunidades de ocupar o lugar de quem também necessita ser cuidado e acolhido. Nesse

sentido, as práticas parentais fazem parte da interação estabelecida entre adultos e crianças e podem contribuir para o desenvolvimento e a aprendizagem infantil, sendo importante considerar a forma como os cuidadores orientam e respondem aos comportamentos dos filhos (Lawrenz et al., 2020).

No desenvolvimento emocional, essa dinâmica pode dificultar o reconhecimento e a expressão de sentimentos. O menino que aprende desde cedo que precisa ser forte e responsável pode passar a esconder emoções como tristeza, medo e insegurança, favorecendo a contenção emocional e a dificuldade em buscar apoio. Essas experiências também podem ser compreendidas a partir da construção social das expressões de gênero, uma vez que, desde a infância, as crianças aprendem, nas relações sociais, formas de se comportar e se expressar associadas ao fato de serem meninos ou meninas, podendo ter sua expressão limitada quando essas expectativas são estabelecidas de maneira rígida (Fróis, 2020, p. 2-3).

Os impactos também podem alcançar os vínculos sociais. Quando submetido constantemente à expectativa de independência e autossuficiência, o menino pode apresentar dificuldades para reconhecer suas necessidades, compartilhar vulnerabilidades e buscar ajuda. Isso não significa que autonomia e responsabilidade sejam prejudiciais, mas que precisam ser estimuladas de forma adequada à idade, considerando que a construção da autonomia ocorre nas interações sociais e nas relações estabelecidas pela criança com outras pessoas (Dias; Medeiros, 2020, p. 116-117). Dessa forma, é importante que o desenvolvimento da autonomia não substitua as necessidades próprias da infância, como proteção, cuidado e apoio.

Portanto, é importante diferenciar o incentivo à autonomia da atribuição de responsabilidades incompatíveis com a idade. Enquanto tarefas adequadas podem favorecer habilidades e sentimento de competência, preocupações e obrigações excessivas podem ultrapassar as necessidades próprias da infância (Barreto; Lang, 2025), o que repercute na autoestima, na expressão emocional e nos vínculos sociais, tornando a adultização um fenômeno relevante para a compreensão do desenvolvimento psicológico infantil.

2.2.1. Adultização e Dinâmica Familiar

A família constitui um dos principais espaços de desenvolvimento da criança, sendo responsável por oferecer cuidado, proteção, afeto e condições para que ela vivencie experiências próprias da infância. As interações estabelecidas desde os primeiros anos de vida, especialmente nas relações com os adultos, exercem papel importante na construção da autonomia infantil (Dias; Medeiros, 2020, p. 116). Entretanto, quando a dinâmica familiar faz com que o menino assuma funções ou responsabilidades superiores às esperadas para sua idade, pode ocorrer um processo de adultização.

Em algumas situações, o menino pode assumir responsabilidades relacionadas aos cuidados da casa, dos irmãos ou de outros familiares, além de atuar como mediador de conflitos ou suporte emocional para os adultos. Embora a participação em atividades familiares possa contribuir para a autonomia, é necessário observar quando essas responsabilidades passam a substituir funções que deveriam ser desempenhadas pelos adultos. Nesse sentido, a parentalização pode ocorrer quando a criança assume

responsabilidades instrumentais e emocionais excessivas em relação ao seu estágio de desenvolvimento (Mello et al., 2020).

A ausência parental pode intensificar esse processo, especialmente quando o menino passa a ocupar espaços deixados pelos responsáveis, assumindo funções que deveriam ser desempenhadas pelos adultos, como o cuidado e a proteção de outros membros da família. Nesse contexto, os filhos podem assumir parte das funções parentais diante da ausência dos responsáveis, caracterizando uma delegação de responsabilidades adultas à criança (Mello et al., 2020). Da mesma forma, contextos de negligência podem favorecer uma independência precoce, na qual a criança passa a lidar sozinha com necessidades que deveriam receber atenção e cuidado dos adultos.

Em situações de violência familiar, o menino também pode ser exposto a conflitos, agressões e instabilidade, sendo levado a lidar com experiências emocionalmente complexas antes de possuir recursos suficientes para enfrentá-las. A exposição à violência durante a infância pode repercutir de diferentes maneiras no desenvolvimento psicológico, estando associada a manifestações como ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático, hiperatividade, dificuldades de atenção e outras consequências emocionais, afetivas, psicológicas, sociais e comportamentais (Nunes et al., 2020).

Os autores também identificaram que a violência contra crianças ocorre, com frequência, no contexto intrafamiliar, o que evidencia a importância das relações familiares na compreensão dos impactos dessas experiências sobre o desenvolvimento infantil. Dessa forma, quando o menino vivencia conflitos e agressões no ambiente familiar, pode apresentar dificuldades para elaborar

emocionalmente essas experiências e para encontrar formas adequadas de expressar aquilo que sente. Essa realidade pode se associar às expectativas de masculinidade que valorizam força, coragem e resistência, dificultando a expressão de medo, tristeza e insegurança.

É importante destacar que dificuldades familiares não produzem automaticamente a adultização. O aspecto central está na forma como essas circunstâncias afetam a posição ocupada pela criança dentro da família. Quando responsabilidades emocionais, domésticas ou sociais ultrapassam suas possibilidades e necessidades, a criança pode passar a assumir funções que correspondem aos adultos, reduzindo o espaço destinado ao brincar, ao cuidado e à proteção. Nesse sentido, Winnicott (1965/2011 apud MELLO et al., 2020, p. 4) destaca que, para que a criança se desenvolva de maneira saudável, é necessário que determinadas condições ambientais sejam satisfeitas, sendo a segurança proporcionada por um cuidado parental suficientemente bom fundamental para seu crescimento pessoal e individual. Assim, quando a criança é colocada em uma posição de responsabilidade que deveria ser ocupada pelos adultos, pode ocorrer uma inversão da relação de cuidado, comprometendo as condições necessárias para seu desenvolvimento.

Desse modo, compreender a dinâmica familiar permite à Psicologia identificar situações em que uma aparente maturidade ou independência pode estar relacionada à sobrecarga. Assim, torna-se necessário favorecer relações familiares que permitam o desenvolvimento gradual da autonomia, sem retirar do menino o direito de ser cuidado, protegido e reconhecido como criança.

2.2.2. Adultização e a Sociedade Contemporânea

A sociedade contemporânea apresenta diferentes elementos que podem contribuir para a antecipação de comportamentos, interesses e responsabilidades próprios do universo adulto. Nesse contexto, a adultização infantil não ocorre apenas no ambiente familiar, mas também pode ser influenciada pela mídia, pelas redes sociais, pela publicidade e pela cultura de consumo. A exposição de crianças nas redes sociais, especialmente quando associada à hipersexualização, à monetização da imagem e à busca por visibilidade e engajamento, pode contribuir para a antecipação de comportamentos e referências próprias do universo adulto (Veiga et al., 2026). A criança passa a ter contato cada vez mais cedo com conteúdos, comportamentos e padrões que nem sempre correspondem às necessidades próprias de sua etapa de desenvolvimento.

A exposição constante às mídias pode contribuir para que crianças tenham contato precoce com conteúdos relacionados à aparência, relacionamentos, sexualidade e comportamentos próprios do universo adulto. Nas redes sociais, essa exposição pode ser ainda mais intensa, uma vez que as crianças não apenas consomem conteúdos, mas também podem reproduzir tendências, formas de vestir, dançar, falar e se apresentar. Quando conteúdos com elementos de sensualização ou sexualização são direcionados ou acessíveis ao público infantil, existe o risco de antecipar referências que deveriam ser compreendidas em etapas posteriores do desenvolvimento. Nesse sentido, Crespi, Noro e Nóbile (2020 apud SILVA et al., 2024) destacam que o uso inadequado de dispositivos digitais e a participação ativa em plataformas de mídia social constituem aspectos relevantes a serem considerados, uma vez que

essas interações podem interferir no desenvolvimento infantil, especialmente no processamento de informações e nas interações sociais.

A sexualização pode ocorrer, por exemplo, por meio da valorização excessiva da aparência, da utilização de roupas ou comportamentos associados ao universo adulto e da reprodução de conteúdos que apresentam o corpo e a sensualidade como formas de obter reconhecimento e aprovação. Nessa perspectiva, Lima (2025 apud MELO; Alves; Teodoro, 2026) aponta que a exposição de crianças a esse tipo de conteúdo pode contribuir para a formação de uma percepção distorcida sobre o corpo e as relações, uma vez que essas representações presentes nas redes sociais podem passar a ser compreendidas como comportamentos normativos e aceitáveis.

No caso dos meninos, essa exposição também pode estar relacionada à construção de padrões de masculinidade, nos quais força, virilidade, desempenho e conquista são apresentados como características importantes para sua identidade. Nesse contexto, Fagundes (2023) destaca que modelos tradicionais de masculinidade são sustentados por relações hierarquizadas e por padrões associados à dominação, ao poder, à agressividade, à virilidade e ao controle, podendo repercutir negativamente nas relações sociais. Dessa forma, a sexualização não precisa estar relacionada exclusivamente à exposição direta a conteúdos sexuais, podendo aparecer também na maneira como o corpo, os comportamentos e os relacionamentos são apresentados às crianças.

As redes sociais ampliam esse processo ao favorecerem a circulação rápida de tendências e modelos de comportamento. A busca por

curtidas, seguidores e reconhecimento pode estimular preocupações precoces com a aparência e a aceitação social, fazendo com que algumas crianças passem a reproduzir comportamentos observados no ambiente digital. O reconhecimento obtido por meio da criação de conteúdos para as redes sociais também pode envolver diferentes formas de exposição. Segundo Tomaz (2023, p. 5), essa exposição pode acarretar consequências como perda de privacidade, exploração comercial, vigilância, danos à reputação, perda do direito ao esquecimento, bullying e assédio sexual. Assim, aquilo que inicialmente aparece como entretenimento pode contribuir para a incorporação de padrões e experiências que ultrapassam aquelas próprias da infância.

A cultura de consumo também participa desse cenário ao apresentar produtos, marcas, estilos e experiências associados ao universo adulto. Para os meninos, roupas, brinquedos, jogos e conteúdos direcionados ao público masculino podem reforçar ideias relacionadas à força, ao poder, à competição e à virilidade. Diante disso, Filho e Orlandi (2013 apud OLIVEIRA; Silva; Paschoal, 2020, p. 1859) afirmam que “na sociedade de consumo, todos são potenciais consumidores, inclusive as crianças, que, para isso, precisam ser iniciadas desde cedo na prática do consumo a fim de assegurar a continuidade desse modelo”. Dessa forma, o consumo pode participar não apenas da formação de preferências, mas também da construção de identidades e expectativas sociais.

É importante destacar que o contato com mídias e tecnologias não produz automaticamente a adultização ou a sexualização. O problema está na forma, na frequência e no tipo de conteúdo ao qual a criança é exposta, especialmente quando essas referências

passam a ocupar um espaço maior do que as experiências próprias da infância. Nesse sentido, a mídia, a publicidade e a cultura de consumo podem apresentar às crianças padrões de beleza, comportamentos e referências semelhantes aos do universo adulto, contribuindo para processos de adultização precoce (Oliveira; Silva; Paschoal, 2020). Assim, compreender a adultização na sociedade contemporânea exige considerar os diferentes contextos sociais que podem antecipar experiências e expectativas próprias do universo adulto.

2.3. Contribuições da Psicologia para a Prevenção e Enfrentamento Desse Fenômeno.

A Psicologia desempenha um papel fundamental na compreensão, prevenção e enfrentamento da adultização infantil ao oferecer instrumentos teóricos e práticos que permitem identificar, analisar e intervir sobre esse fenômeno em diferentes níveis (Tavares; Resende; Silva, 2024). No campo da compreensão, a Psicologia possibilita reconhecer que a adultização infantil não se trata apenas de comportamentos isolados, mas de um processo que impacta diretamente o desenvolvimento emocional e a construção da identidade da criança.

A atuação psicológica pode contribuir para a identificação das relações entre os comportamentos apresentados pela criança e o contexto em que esses comportamentos são produzidos, considerando de que maneira familiares, escola e outros ambientes de convivência respondem às suas manifestações emocionais. A avaliação deve, portanto, ultrapassar a observação superficial de comportamentos considerados “maduros” e investigar se existe

sofrimento, sobrecarga ou supressão de necessidades próprias da infância (Tavares; Resende; Silva, 2024).

Na perspectiva da Psicologia, a intervenção também deve considerar a criança em sua rede de relações. Uma abordagem exclusivamente individual pode ser insuficiente quando a fonte da sobrecarga está associada às relações familiares, às práticas educativas ou às expectativas sociais. Por isso, a atuação profissional pode envolver a criança, os cuidadores, a escola e outros serviços da rede de proteção, conforme as necessidades identificadas (Becker, 2023).

Já no campo da prevenção, a Psicologia atua por meio de práticas educativas, orientação familiar e promoção de ambientes saudáveis, auxiliando adultos a reconhecerem os limites e necessidades da infância (Ferreira et al., 2022). Desse modo, no enfrentamento, desenvolve intervenções clínicas, escolares e sociais que visam reduzir os impactos já instalados, promovendo espaços de escuta, acolhimento e ressignificação das experiências vividas pela criança.

A prevenção pode incluir ações de orientação aos cuidadores sobre desenvolvimento infantil, reconhecimento das necessidades emocionais da criança e diferenciação entre estímulo à autonomia e transferência de responsabilidades. Revisões recentes sobre intervenções com pais demonstram a relevância de estratégias estruturadas de orientação e treinamento parental no campo da saúde mental infantil, reforçando a importância de incluir os adultos responsáveis no processo de intervenção (Lawrenz et al., 2020; Nogueira; Rodrigues; Pereira, 2023).

No contexto da infância masculina, essas ações preventivas também podem problematizar expectativas relacionadas à masculinidade. Em vez de estimular o menino a esconder sentimentos para demonstrar força, a intervenção psicológica pode favorecer uma compreensão de masculinidade que permita a expressão de medo, tristeza, insegurança e necessidade de cuidado. Essa perspectiva dialoga com estudos recentes que problematizam a reprodução de modelos de virilidade nos espaços educativos (Lopes; Lopes; Oliveira, 2024).

2.3.1. Promoção do Desenvolvimento Emocional Saudável

A promoção do desenvolvimento emocional saudável continua sendo uma das principais estratégias de enfrentamento da adultização infantil porque é por meio dela que a criança desenvolve recursos psíquicos essenciais para lidar com suas emoções, estabelecer vínculos seguros e construir sua identidade de forma equilibrada. Quando submetida precocemente a exigências e responsabilidades adultas, a criança pode apresentar maior vulnerabilidade emocional, dificuldades na expressão de sentimentos e prejuízos na constituição do self, uma vez que não vivencia adequadamente as experiências próprias de sua etapa do desenvolvimento (Bonfim Pierote et al., 2025).

O fortalecimento da saúde emocional exige que a criança disponha de espaços nos quais possa reconhecer e expressar diferentes estados afetivos sem ser pressionada a apresentar uma postura permanentemente madura. Nesse sentido, o desenvolvimento da autorregulação não significa exigir que a criança controle ou silencie suas emoções, mas possibilitar que ela desenvolva gradualmente recursos para compreendê-las e manejá-las. Estudos recentes

apontam a importância da participação de adultos de referência nesse processo, mostrando que intervenções voltadas à autorregulação podem envolver diretamente pais, cuidadores e outros adultos significativos (Darwich; Costa, 2022).

O brincar também constitui uma dimensão importante desse processo. Winnicott (1975) compreende o brincar como experiência fundamental para a criatividade e para a constituição subjetiva. Essa perspectiva encontra respaldo em pesquisas contemporâneas sobre o desenvolvimento psíquico infantil. Saboia e Kupfer (2024), ao investigarem longitudinalmente o impacto da ausência do brincar precoce, identificaram que a privação de trocas lúdicas esteve relacionada ao empobrecimento do brincar simbólico e a entraves no processo de subjetivação da criança. Dessa forma, preservar espaços de brincadeira não significa apenas proporcionar entretenimento, mas assegurar uma experiência importante para o desenvolvimento psíquico e para a expressão da criança.

Essa dimensão torna-se especialmente importante diante da adultização masculina. Meninos também necessitam de espaços para brincar, imaginar, experimentar diferentes papéis e expressar emoções sem que essas experiências sejam consideradas incompatíveis com a masculinidade. A valorização excessiva de comportamentos como força, coragem e independência pode reduzir as oportunidades para que os meninos reconheçam e comuniquem sentimentos relacionados à vulnerabilidade. Estudos contemporâneos sobre masculinidades na educação infantil mostram a permanência de expectativas de virilidade que atravessam as relações com crianças do sexo masculino (Lopes; Lopes; Oliveira, 2024).

Dessa maneira, promover o desenvolvimento emocional saudável significa também ampliar as possibilidades de expressão disponíveis para os meninos. A Psicologia pode contribuir para que sentimentos como medo, tristeza, frustração e insegurança sejam compreendidos como componentes legítimos da experiência humana, e não como sinais de fraqueza. Esse trabalho preventivo pode reduzir a necessidade de a criança recorrer à aparência de autossuficiência para obter reconhecimento e aceitação (Fagundes, 2023).

2.3.2. Intervenção com Famílias e Cuidadores

A atuação com famílias ganha ainda mais relevância à luz de estudos recentes que apontam a família como principal contexto de reprodução da adultização infantil, pois é nesse ambiente que se estabelecem as primeiras relações, papéis e expectativas direcionadas à criança. A organização familiar, as práticas educativas e a forma como os cuidadores lidam com suas próprias demandas emocionais influenciam diretamente o desenvolvimento infantil. Quando há uma distribuição inadequada de papéis, como destacado na perspectiva sistêmica, a criança pode ser colocada em posições que não correspondem à sua etapa de desenvolvimento, assumindo responsabilidades emocionais ou práticas que deveriam ser dos adultos (Becker, 2023).

A intervenção psicológica com famílias deve, portanto, buscar compreender quais funções estão sendo atribuídas à criança e de que maneira essas atribuições foram construídas. Em situações de parentalização, por exemplo, a literatura diferencia responsabilidades emocionais e instrumentais, evidenciando que a criança pode ser colocada tanto na posição de cuidadora prática

quanto na de suporte emocional de adultos ou de outros membros da família (FÉRES-CARNEIRO; LONDERO-SANTOS; NATIVIDADE, 2021; MELLO et al., 2020. Essa distinção auxilia o profissional a compreender a natureza da sobrecarga e a planejar estratégias específicas de intervenção.

Estudos contemporâneos também apontam relações entre práticas educativas parentais e indicadores de saúde emocional dos cuidadores, mostrando que o funcionamento familiar não pode ser analisado de forma isolada. Nogueira, Rodrigues e Pereira (2023), ao investigarem práticas educativas parentais e saúde emocional materna, encontraram associações entre práticas educativas negativas e indicadores de ansiedade, estresse e depressão. Esses achados reforçam a importância de considerar as condições emocionais dos cuidadores no planejamento das intervenções, sem culpabilizá-los individualmente.

Sob essa perspectiva, a orientação psicológica deve favorecer a reorganização dos papéis familiares e a construção de formas de cuidado que preservem a posição da criança como criança. Isso envolve ensinar os adultos a diferenciarem participação de responsabilização excessiva, autonomia de abandono e colaboração de inversão de papéis. A criança pode contribuir com tarefas compatíveis com sua idade e participar da rotina familiar, mas não deve ser transformada em principal responsável pelo funcionamento emocional ou prático do grupo familiar (Mello et al., 2020).

No caso dos meninos, a intervenção familiar também pode questionar expectativas relacionadas à masculinidade. Frases e práticas que incentivam o menino a “ser forte”, “não chorar”,

“resolver sozinho” ou “não demonstrar medo” podem contribuir para formas de adultização emocional quando utilizadas como exigências permanentes (Lopes; Lopes; Oliveira, 2024; Fagundes, 2023). Dessa maneira, o trabalho psicológico pode auxiliar os cuidadores a reconhecerem que ensinar responsabilidade não significa impedir a expressão emocional e que promover autonomia não significa exigir autossuficiência precoce.

2.3.3. Atuação Institucional e Social (Escolas e Políticas Públicas)

No âmbito institucional, especialmente nas escolas, a Psicologia tem papel estratégico na identificação precoce da adultização infantil porque o ambiente escolar é um dos principais espaços de convivência e socialização da criança fora do contexto familiar, permitindo a observação contínua de comportamentos, emoções e interações. É nesse cenário que sinais sutis de adultização podem ser percebidos com maior clareza, como o excesso de responsabilidade, a dificuldade em brincar, a postura excessivamente madura e níveis elevados de ansiedade, que indicam possíveis sobrecargas emocionais incompatíveis com a idade (Dias; Medeiros, 2020; Barreto; Lang, 2025).

A escola pode funcionar como espaço privilegiado de observação porque permite acompanhar a criança em situações coletivas, acadêmicas e lúdicas. Alterações persistentes no comportamento, isolamento, dificuldade de interação, excesso de preocupação com problemas familiares ou resistência em participar de atividades próprias da infância podem constituir elementos importantes para a compreensão da situação (Nunes et al., 2020; Martins et al., 2025). Entretanto, esses sinais não devem ser interpretados isoladamente como evidências de adultização, sendo necessária uma avaliação

contextualizada e, quando pertinente, articulada com a família e com outros serviços da rede de proteção.

A atuação institucional também deve considerar que as próprias práticas escolares podem reproduzir expectativas de gênero. Pesquisas recentes sobre masculinidades na educação infantil mostram que concepções associadas à virilidade continuam influenciando relações educativas e podem produzir expectativas diferentes para meninos e meninas (Lopes; Lopes; Oliveira, 2024). Por isso, a prevenção da adultização masculina exige que a escola reflita sobre situações em que meninos são incentivados a apresentar maior resistência física ou emocional, enquanto manifestações de vulnerabilidade são desencorajadas.

A escola também pode atuar preventivamente por meio de ações de educação emocional, fortalecimento da convivência, promoção do brincar e construção de espaços de diálogo. Estudos sobre desenvolvimento infantil ressaltam a importância de ambientes favoráveis e de fatores de proteção para o desenvolvimento saudável, reforçando a necessidade de ações que não se concentrem apenas na identificação de problemas já instalados (Martins et al., 2025; Dias; Medeiros, 2020).

Nesse contexto, a Psicologia Escolar pode colaborar com professores, gestores e demais profissionais na construção de estratégias que favoreçam o desenvolvimento integral. A atuação não deve se limitar ao encaminhamento de crianças para atendimento individual, mas incluir ações institucionais que modifiquem condições que estejam produzindo ou mantendo sofrimento. Isso significa trabalhar também com adultos e com as práticas educativas presentes na instituição (Barreto; Lang, 2025).

Além da escola, o enfrentamento da adultização requer articulação com políticas públicas e com a rede de proteção. A garantia dos direitos da criança depende da atuação integrada de diferentes setores, especialmente quando são identificadas situações de negligência, violência, exploração, sobrecarga familiar ou outras violações. Estudos sobre os direitos da criança e do adolescente ressaltam justamente a necessidade de que os profissionais que atuam na área infantojuvenil reconheçam a criança como sujeito de direitos e considerem a complexidade das situações que chegam aos serviços especializados (Viana et al., 2022).

Assim, a atuação institucional e social da Psicologia deve combinar identificação, prevenção, orientação e articulação da rede. No caso da infância masculina, isso inclui ampliar os espaços em que os meninos possam ser reconhecidos para além de expectativas de força, autonomia e controle emocional. A escola e os serviços de proteção podem contribuir para uma concepção de infância na qual meninos tenham igualmente o direito de brincar, receber cuidado, expressar sentimentos, pedir ajuda e desenvolver autonomia de forma gradual e compatível com sua etapa de desenvolvimento (Viana et al., 2022; Fagundes, 2023).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS

A análise da literatura permite compreender a adultização infantil como fenômeno complexo, articulado às transformações sociais, às relações familiares, às expectativas culturais e às formas de socialização às quais as crianças estão submetidas. A compreensão do fenômeno não se reduz à reprodução de comportamentos adultos, mas abrange responsabilidades, exigências emocionais e experiências antecipadas em relação à etapa do desenvolvimento

infantil. Essa leitura dialoga com a discussão de Ariès (1981) sobre a construção histórica da infância e com as contribuições de Bonfim Pierote et al. (2025) acerca dos desafios contemporâneos à proteção de crianças e adolescentes.

A infância precisa ser reconhecida como etapa específica do desenvolvimento humano, marcada por necessidades emocionais, sociais e cognitivas que não podem ser desconsideradas em razão das exigências do ambiente. Quando a criança assume responsabilidades incompatíveis com sua idade ou é incentivada a apresentar maturidade permanente, existe a possibilidade de comprometimento de experiências fundamentais para seu desenvolvimento (Pierote; Portela; Ribeiro, 2025). A participação em tarefas familiares, o desenvolvimento da autonomia e a aprendizagem de responsabilidades, entretanto, não caracterizam isoladamente a adultização, uma vez que a análise deve considerar a intensidade das exigências, a frequência, o contexto relacional e os efeitos sobre o bem-estar infantil (Féres-Carneiro; Londero-Santos; Natividade, 2021).

Torna-se importante distinguir a adultização de fenômenos relacionados à parentalização ou parentificação. Enquanto a adultização abrange a antecipação de comportamentos, experiências e expectativas próprias da vida adulta, a parentificação está particularmente associada à inversão de papéis, quando a criança assume responsabilidades práticas ou emocionais que deveriam ser exercidas pelos adultos responsáveis. As contribuições de Féres-Carneiro, Londero-Santos e Natividade (2021) e de Mello et al. (2020) permitem discutir como determinadas dinâmicas familiares podem colocar a criança em posições de responsabilidade

excessiva, especialmente quando ela passa a ocupar lugar de suporte emocional ou de organização da vida familiar.

A aproximação entre os dois conceitos não autoriza sua equivalência. A adultização pode ocorrer sem inversão de papéis, assim como a parentificação pode se manifestar sem antecipação generalizada de comportamentos adultos. A análise psicológica deve reconhecer as particularidades de cada fenômeno, sem desconsiderar suas possíveis aproximações e sobreposições. Essa distinção é relevante porque orienta a avaliação clínica e as estratégias de intervenção, uma vez que as demandas de cuidado e de reorganização familiar são distintas em cada caso.

A dimensão emocional constitui aspecto central da discussão. A antecipação de responsabilidades e a exigência de comportamentos considerados maduros podem limitar as oportunidades para a expressão de sentimentos, a experimentação, o brincar e a construção gradual da autonomia. As discussões sobre autoestima e desenvolvimento psicossocial, presentes em, conforme NEDEL et al., (2020) e nas contribuições de Spielman et al. (2022) acerca do desenvolvimento humano, ajudam a compreender a importância das relações sociais e das experiências vivenciadas na constituição da percepção que a criança desenvolve sobre si mesma. Quando suas necessidades emocionais são continuamente subordinadas às expectativas dos adultos, podem surgir dificuldades na expressão dos sentimentos, na busca por apoio e no reconhecimento das próprias necessidades.

Essa compreensão exige cautela na interpretação das possíveis consequências psicológicas da adultização. Embora a literatura discutida associe experiências de sobrecarga, violência e fragilização

dos vínculos a riscos para o desenvolvimento emocional, não se deve estabelecer relação causal automática entre adultização e transtornos mentais. Manifestações como ansiedade, irritabilidade, isolamento, tristeza ou dificuldade de interação precisam ser compreendidas a partir da história de vida da criança, de suas relações e das condições em que se desenvolve, conforme indicam Dias e Medeiros (2020), Lawrenz et al. (2020) e Nunes et al. (2020).

Quando o foco se direciona aos meninos, a análise ganha dimensão específica: a influência das expectativas sociais relacionadas à masculinidade. Em diferentes contextos de socialização, meninos podem ser incentivados a demonstrar força, independência, coragem e controle emocional, enquanto expressões de medo, tristeza e vulnerabilidade podem ser desestimuladas. As discussões de Lopes, Lopes e Oliveira (2024) e Fagundes (2023) permitem problematizar a permanência de concepções de masculinidade que valorizam a virilidade e restringem determinadas formas de expressão emocional. Essas expectativas podem contribuir para um amadurecimento aparente, no qual o menino aprende a ocultar suas necessidades para corresponder ao que se espera socialmente dele.

A exigência de que o menino seja forte, não chore ou resolva sozinho seus problemas pode dificultar a procura por ajuda e a construção de relações nas quais se sinta seguro para expressar sentimentos (Lopes; Lopes; Oliveira, 2024). Nessa perspectiva, a adultização emocional não se manifesta necessariamente pela atribuição de tarefas concretas, mas também por meio de exigências simbólicas e relacionais que limitam a vivência da infância. Isso não significa que todos os meninos estejam submetidos às mesmas experiências ou que as expectativas de masculinidade produzam necessariamente

sofrimento psicológico. Significa, sobretudo, que tais expectativas precisam ser consideradas na análise dos contextos em que as crianças aprendem a reconhecer, expressar e administrar suas emoções, preservando seu direito à expressão emocional, ao cuidado e à proteção (Viana et al., 2022).

Outro aspecto relevante refere-se às transformações sociais e culturais que influenciam a construção da infância. A exposição a conteúdos digitais, a valorização do consumo e a circulação de padrões de comportamento associados ao universo adulto podem contribuir para a antecipação de experiências e expectativas. Oliveira, Silva e Paschoal (2020), Tomaz (2023), Silva et al. (2024) e Veiga et al. (2026) oferecem elementos para discutir as relações entre infância, consumo, exposição social e adultização.

O acesso à internet, o uso de tecnologias ou o contato com determinados conteúdos não devem ser considerados, isoladamente, causas suficientes do fenômeno. É necessário observar a natureza dos conteúdos, a forma de exposição, a mediação dos adultos e o significado que essas experiências assumem na vida da criança. A ausência de mediação e a exposição contínua a padrões adultos, entretanto, podem ampliar exigências de maturidade precoce e reduzir espaços de experimentação compatíveis com a idade, o que reforça a necessidade de atenção às condições concretas em que o consumo e a exposição digital se produzem.

A discussão também precisa ser situada no campo da garantia de direitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a proteção integral e reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, atribuindo à família, à sociedade e ao Estado

responsabilidades relacionadas à proteção e ao desenvolvimento (BRASIL, 1990). A adultização, quando associada à exposição inadequada, à sobrecarga de responsabilidades ou à negligência das necessidades próprias da infância, deve ser analisada à luz desse compromisso de proteção. As contribuições de Barreto e Lang (2025) e Bonfim Pierote et al. (2025) reforçam a importância de discutir as formas contemporâneas de adultização e os desafios à proteção infantil, inclusive nos ambientes digitais.

O enfrentamento do fenômeno não deve ser atribuído exclusivamente às famílias, pois também envolve condições sociais, práticas institucionais e mecanismos de proteção. A ausência de políticas públicas específicas para a primeira infância, para a saúde mental infantojuvenil e para o apoio às famílias em situação de vulnerabilidade amplia as condições nas quais a adultização pode se produzir. Nesse sentido, a proteção integral exige articulação intersetorial entre saúde, educação, assistência social e sistema de garantia de direitos.

No campo da Psicologia, a análise evidencia a necessidade de compreender a criança em sua rede de relações, considerando a família, a escola e os demais espaços de convivência. A atuação profissional não deve se limitar à identificação de comportamentos aparentemente maduros, mas investigar as condições em que são produzidos, as responsabilidades atribuídas à criança e a existência de sofrimento ou de restrições à expressão emocional. Conforme Tavares, Resende e Silva (2024), Becker (2023) e Ferreira et al. (2022), a Psicologia pode contribuir para a compreensão, a prevenção e o enfrentamento da adultização por meio de estratégias de avaliação contextualizada, orientação aos cuidadores e intervenções que favoreçam ambientes mais acolhedores ao desenvolvimento infantil.

A participação da família torna-se especialmente relevante quando as exigências de maturidade estão relacionadas à organização das responsabilidades domésticas ou à dinâmica emocional dos cuidadores. A orientação psicológica pode auxiliar os adultos a diferenciarem o estímulo à autonomia da transferência excessiva de responsabilidades, reconhecendo que a criança pode participar da rotina familiar sem assumir funções que comprometam suas necessidades de desenvolvimento (Mello et al., 2020; Nogueira; Rodrigues; Pereira, 2023; Lawrenz et al., 2020). No caso dos meninos, essa orientação também pode favorecer a revisão de práticas que associam maturidade à supressão dos sentimentos ou à necessidade de demonstrar força continuamente.

A escola, por sua vez, constitui espaço importante para a observação das relações, das interações e das manifestações emocionais das crianças. O isolamento, a dificuldade de brincar, a preocupação excessiva com problemas familiares e a resistência em demonstrar vulnerabilidade podem ser elementos que merecem atenção, desde que não sejam interpretados isoladamente como comprovação de adultização. A articulação entre profissionais da educação, Psicologia, família e serviços da rede de proteção pode contribuir para compreensão mais abrangente das necessidades da criança e para o encaminhamento das situações que demandem acompanhamento (Viana et al., 2022; Martins et al., 2025).

O brincar também assume relevância nessa discussão, pois possibilita à criança explorar experiências, elaborar emoções e construir relações com o ambiente. As contribuições de Darwich e Costa (2022) e Saboia e Kupfer (2024) permitem reconhecer o valor das experiências lúdicas para o desenvolvimento psíquico. Quando a criança é submetida a exigências contínuas de produtividade,

responsabilidade ou comportamento adulto, suas oportunidades de brincar e experimentar o mundo de maneira compatível com sua idade podem ser reduzidas. Proteger a infância implica, portanto, não apenas evitar situações de sobrecarga, mas também garantir condições para que as crianças vivenciem experiências lúdicas, afetivas e sociais importantes para seu desenvolvimento.

A análise desenvolvida possui limites que precisam ser explicitados. Trata-se de revisão de literatura de caráter narrativo, sem recorte sistemático de bases de dados, o que restringe a possibilidade de generalização dos achados. A heterogeneidade conceitual dos estudos sobre adultização, parentificação e masculinidade dificulta a construção de categorias comparáveis entre si. Além disso, a literatura consultada é predominantemente teórica, com reduzido número de estudos empíricos que permitam examinar a adultização masculina em contextos específicos. Esses limites não invalidam a discussão, mas indicam a necessidade de cautela na interpretação dos resultados e apontam para a importância de pesquisas empíricas futuras.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida permite compreender que a adultização infantil, especialmente quando analisada no contexto dos meninos, constitui fenômeno que envolve aspectos psicológicos, familiares, culturais e sociais. Segundo Pierote, Portela e Ribeiro (2025), a adultização está relacionada à exposição precoce a responsabilidades, comportamentos e expectativas próprias do universo adulto. A antecipação dessas exigências pode comprometer experiências importantes para o desenvolvimento infantil quando ocorre de maneira excessiva ou desconsidera as

necessidades emocionais e sociais da criança. Nesse processo, as expectativas relacionadas à masculinidade merecem atenção, uma vez que a valorização permanente da força, da independência e do controle emocional pode dificultar a expressão de sentimentos e a procura por apoio (Lopes; Lopes; Oliveira, 2024).

A análise também evidencia a importância de distinguir a construção saudável da autonomia da atribuição de responsabilidades incompatíveis com a idade. Da mesma forma, é necessário compreender as relações entre adultização e parentificação sem tratar esses conceitos como equivalentes. Conforme discutem Féres-Carneiro, Londero-Santos e Natividade (2021), a parentificação envolve dinâmicas familiares nas quais a criança pode assumir responsabilidades que ultrapassam seu papel no sistema familiar. Assim, a identificação do fenômeno exige avaliação contextualizada das relações familiares, das práticas educativas, das experiências sociais e das condições em que a criança se desenvolve. Sinais de sofrimento emocional devem ser considerados como elementos que demandam atenção, mas não constituem, isoladamente, comprovação de adultização ou de qualquer diagnóstico psicológico.

Nesse contexto, a Psicologia possui papel relevante na prevenção e no enfrentamento do fenômeno, contribuindo para a identificação de situações de sobrecarga, a orientação de familiares e cuidadores e a promoção de ambientes que favoreçam a expressão emocional e o desenvolvimento saudável. A atuação profissional também deve contemplar a escola e a rede de proteção, reconhecendo que a garantia dos direitos da criança depende da articulação entre diferentes agentes sociais. Nessa perspectiva, Viana et al. (2022) destacam a relevância de reconhecer as crianças como sujeitos de

direitos e de assegurar condições para seu desenvolvimento. Para os meninos, essa atuação inclui questionar expectativas rígidas de masculinidade e favorecer a compreensão de que expressar medo, tristeza ou insegurança não representa fragilidade, mas faz parte da experiência humana (Lopes; Lopes; Oliveira, 2024).

Conclui-se, portanto, que o enfrentamento da adultização em meninos exige o reconhecimento da infância como etapa que possui necessidades e direitos próprios. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a proteção integral como princípio fundamental (BRASIL, 1990), reforçando a necessidade de assegurar condições adequadas ao desenvolvimento infantil. Promover autonomia não significa exigir autossuficiência precoce, assim como ensinar responsabilidade não significa transferir à criança funções emocionais ou práticas que pertencem aos adultos. Torna-se fundamental assegurar oportunidades para o brincar, a convivência, a aprendizagem gradual, a construção de vínculos seguros e a expressão dos sentimentos, respeitando as particularidades de cada etapa do desenvolvimento (Martins et al., 2025).

Como proposições concretas, indica-se a necessidade de: ampliação de políticas públicas de apoio às famílias em situação de vulnerabilidade; incorporação da temática da adultização e da masculinidade na formação inicial e continuada de psicólogos e educadores; fortalecimento de programas de saúde mental infantojuvenil articulados à atenção básica; desenvolvimento de pesquisas empíricas sobre adultização masculina em diferentes contextos familiares, escolares e socioculturais; e construção de protocolos intersetoriais de identificação e acompanhamento de situações de sobrecarga infantil.

Por fim, considerando que este trabalho se fundamenta na análise da literatura reunida no referencial teórico, suas conclusões devem ser compreendidas dentro dos limites dessa abordagem. Estudos futuros poderão aprofundar a investigação sobre as experiências de adultização vivenciadas por meninos em diferentes contextos familiares, escolares e socioculturais, bem como examinar estratégias de prevenção e intervenção psicológica. A compreensão dos fatores de risco e proteção presentes nos ambientes em que as crianças se desenvolvem pode contribuir para orientar novas investigações e práticas profissionais (Martins et al., 2025). Dessa forma, espera-se contribuir para ampliar a discussão sobre a proteção da infância e fortalecer práticas que reconheçam os meninos para além das exigências sociais de força, maturidade e controle emocional, assegurando-lhes condições para viver plenamente essa etapa do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARRETO, Cleide Silva; LANG, Agnes. Adultização infantil e o trabalho infantil disfarçado. Revista Ensino, Educação & Ciências Exatas, v. 7, edição especial, Anais da VI Jornada Científica do Grupo Educacional FAVENI, p. 875-881, 2025. Disponível em: <https://revista.grupofaveni.com.br/index.php/ensinoeducacaoeciencias/article/view/2635/1388>. Acesso em: 15 set. 2026.

BECKER, S. G. Z. Adultização da infância: os impactos no desenvolvimento infantil. Universidade Federal de Santa Maria, 2023.

BONFIM PIEROTE, A.; PORTELA, A. S.; RIBEIRO, M. C. B. Adultização infantil: a ineficácia do ordenamento jurídico brasileiro na proteção de crianças e adolescentes na internet. *Revista Fisioterapia & Terapia Ocupacional*, v. 29, n. 152, 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CANTANHEDE, Thaís da Silva. Adultização infantil e os seus impactos psicológicos. 2021.

DARWICH, Rosângela Araújo; COSTA, Yasmin Santos Klautau. Yoga com histórias para crianças com transtorno do espectro autista: regulação emocional mediada pela internet. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 33, e210139, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e210139>.

DIAS, Adelaide Alves; MEDEIROS, Maria Fabrícia de. Análise da construção da autonomia infantil: interações entre crianças e professoras na educação infantil. *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 51, p. 116-126, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?lng=n&pid=S141469752020000200012&script=sci_arttext. Acesso em: 15 set. 2026.

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. Masculinidades saudáveis x masculinidades tóxicas. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 34, 2023. Disponível em: *Revista Brasileira de Sexualidade Humana – PDF do artigo*. Acesso em: 16 set. 2026.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; LONDERO-SANTOS, Amanda; NATIVIDADE, Jean Carlos. Adaptação do Questionário sobre a Parentalização para o contexto brasileiro. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 26, n. 4, p. 745-756, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-82712021260412>.

FERREIRA, E. R. et al. Revisão Integrativa sobre a Efetividade de Intervenções Preventivas do Abuso Sexual Infantil. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, v. 24, n. 2, p. ePTPCP13373, 2022.

FRÓIS, Érica Silva. A construção da expressão de gênero na infância: do gesto à palavra. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 15, n. 2, p. 1-15, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e3048/2341. Acesso em: 15 set. 2026.

LAWRENZ, Priscila et al. Estilos, práticas ou habilidades parentais: como diferenciá-los? *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 2-9, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-56872020000100002&script=sci_arttext. Acesso em: 15 set. 2026.

LOPES, Carlos Eduardo de Mello; LOPES, Rita de Cássia Sobreira; OLIVEIRA, Suian Goecks. Desconstruindo a “pedagogia da virilidade”: conversação sobre masculinidades de professores homens na educação infantil. *Psicologia & Sociedade*, v. 36, e265637, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2024v36265637>.

MARTINS, Isabela Melo et al. Fatores de risco e proteção ao desenvolvimento na primeira infância: revisão de escopo. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, v. 25, e20240166, 2025. DOI: 10.1590/1806-9304202500000166.

MELLO, Renata; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; MACHADO, Rebeca Nonato; MAGALHÃES, Andrea Seixas. Inversão geracional na família: repercussões da parentalização na vida adulta. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 31, e190126, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusp/a/VjG7c3xJSHbCN8c66cBqLYK/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 16 set. 2026.

MELO, Isadora Mendonça Cardoso de; ALVES, Rafael Rodrigues; TEODORO, Marina. Sexualização de crianças e adolescentes na internet e seus efeitos psicológicos, sociais e legais no Brasil. 2026. Disponível em: <https://www.revistaft.com/ft/article/view/504>. Acesso em: 16 set. 2026.

NEDEL, Roberta; MATTOS, Dienifer Aline; MARIN, Angela Helena. Autoestima e autoconceito infantil, escolaridade parental e sua relação com desempenho escolar no ensino fundamental I. *Psicologia em Pesquisa*, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 149-168, 2020. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v14n1/10.pdf>. Acesso em: 15 set. 2026.

NOGUEIRA, Sária Cristina; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; PEREIRA, Veronica Aparecida. Práticas educativas parentais, saúde emocional e variáveis sociodemográficas maternas: famílias nucleares e não nucleares. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, Campinas, v. 40, e210011, 2023.

NUNES, A. C. P.; SILVA, C. C. da; CARVALHO, C. T. C. de; SILVA, F. G. da; FONSECA, P. C. dos S. B. da. Violência infantil no Brasil e suas consequências psicológicas: uma revisão sistemática. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 10, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n10-392. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/18453>. Acesso em: 16 set. 2026.

OLIVEIRA, A. Adultização infantil: causas, impactos e como proteger as crianças. Educa Mais Brasil, 2025.

OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de; SILVA, Larissa Delgado Bueno da; PASCHOAL, Jaqueline Delgado. Os lugares da infância nos editoriais de moda: uma análise sobre a adultização da criança na sociedade do consumo. Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 24, n. esp. 3, p. 1856-1872, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14361>. Acesso em: 16 set. 2026.

PIEROTE, Allana Bonfim; PORTELA, Ayane Sodré; RIBEIRO, Márcio Costa Brito. Adultização infantil: a ineficácia do ordenamento jurídico brasileiro na proteção de crianças e adolescentes na internet. *Revista FT*, v. 29, n. 152, 2025.

SABOIA, Camila; KUPFER, Maria Cristina Machado. O impacto da ausência do brincar precoce no processo do desenvolvimento psíquico do bebê. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 35, e210095, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e210095>.

SILVA, Lenilla Carolina da; SANTOS, Isabela Vieira Pereira; PEREIRA, Luiza Nascimento; PFEILSTICKER, Francis Jardim. O impacto das mídias digitais em crianças e adolescentes. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 1, p. 1773-1785, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n1p1773-1785. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/1040/1505>. Acesso em: 16 set. 2026.

SPIELMAN, Rose M.; JENKINS, William J.; LOVETT, Marilyn D. et al. Psicologia introdutória 2e. Houston: OpenStax, 2022. Disponível em: https://query.libretexts.org/Idioma_Portugues/Psicologia_introdutori_a_2e_%28OpenStax%29/09:_Desenvolvimento_da_expectativa_de_vida/9.03:_Teorias_da_expectativa_de_vida. Acesso em: 15 set. 2026.

TAVARES, J. de P.; RESENDE, G. C.; SILVA, I. R. da. Produções científicas brasileiras da área da psicologia sobre a violência contra a primeira infância: revisão de escopo. Zero-a-Seis, v. 26, n. 50, p. 844-867, 2024.

TOMAZ, Renata Oliveira. Do YouTube à notícia: vulnerabilidade e agência nas representações de crianças produtoras de conteúdo. Galáxia (São Paulo), v. 48, e58837, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/pZYYzgbrW5xpLHS4ZqWKg3R/>. Acesso em: 16 set. 2026.

VEIGA, Ana Lícia Sousa; SILVA, Ingrid Horrany Sousa; FERREIRA, Sávia Costa; OLIVEIRA, Izabel Cristina Uraní de. Adultização infantil nas redes sociais: responsabilidade civil dos tutores legais e a tutela estatal dos direitos da criança e do adolescente. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 12, n. 6, p. 1-22, 2026. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/26878/17677>. Acesso em: 16 set. 2026.

VIANA, Hayla da Costa et al. Os direitos da criança e do/a adolescente segundo profissionais da área infanto-juvenil do Judiciário. Psicologia & Sociedade, v. 34, e263561, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v34263561>.

¹ Professor, Psicologia. Centro Universitário FAMETRO, Manaus, Amazonas, BR. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3197-1303>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). CRP 20/1183